

11 MAIO
BRAGA

17 MAIO
LEIRIA

01 JUNHO
TORRES NOVAS

06 JUNHO
LOULE

15 JUNHO
AVEIRO

22 JUNHO
BEJA

CICLO DE DEBATES CIP 2016

POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

17 MAIO | **NERLEI** | LEIRIA



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

PARCERIA COM:

tv24



NERLEI
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DA REGIÃO DE LEIRIA

 CIP.ORG.PT

 CIP CONFEDERAÇÃO
EMPRESARIAL DE PORTUGAL



António Neto da Silva

Membro do Conselho da Indústria
Portuguesa da CIP

TESTEMUNHO

Portugal: Competitividade, atractividade e captação de IDE

1. Em Globalização Competitiva a capacidade competitiva dos Países sobrepõe-se à competitividade dos produtos e dos serviços. São as características intrínsecas de um País que determinam a sua competitividade.
2. A capacidade competitiva de um País determina os níveis de atracção e de fixação de Investimento, seja ele Investimento Directo Estrangeiro seja ele Investimento Nacional.
3. Consequentemente, os factores que nos permitem sermos competitivos, como País, nos produtos e nos serviços, coincidem com os factores que nos permitem fixar o Investimento Nacional, do mesmo modo que nos permitem atrair Investimento Directo Estrangeiro.
4. Como demonstrado pela correlação estatística de 83% entre Competitividade e Liberdade Económica, determinada pelos estudos da Heritage Foundation/IMD, um País só pode ser competitivo quando possui elevados níveis de Liberdade Económica. Liberdade Económica significa que o Estado não interfira constantemente nas relações económicas. Em Portugal o Estado é omnipresente. Para sermos competitivos o Estado deve, por isso, obrigatoriamente, emagrecer.
5. Os factores fundamentais que determinam o grau de Liberdade Económica são:
 - Regulação equilibrada e apenas quanta baste.

CICLO DE DEBATES CIP 2016

POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

17 MAIO | **NERLEI** | LEIRIA



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

PARCERIA COM:

tv24



NERLEI
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DA REGIÃO DE LEIRIA



CIP.ORG.PT



CIP CONFEDERAÇÃO
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

- Um nível de impostos limitado e transparente.
- Mercado de trabalho livre.
- Um sistema de justiça isento e célere.
- Comercio internacional livre.
- Baixos níveis de corrupção.
- Um mercado paralelo diminuto.

Retirando o factor Comercio Internacional livre, em todos os outros aspectos é urgente melhorar significativamente.

6. Para um País ser competitivo, a sua oferta de produtos, de serviços e de espaço privilegiado para Investimento têm que ser bem conhecidos no exterior e a sua reputação tem que ser positiva.

7. Por isso, a notoriedade económica de Portugal exige investimento na sua promoção. O investimento na formação positiva da imagem de um País é investimento fortemente reprodutivo e o Governo deve reconhecê-lo e atribuir-lhe verbas suficientes.

8. Dito isto, é fundamental que o País implemente o seguinte conjunto de medidas:

8.1 Transforme o seu sistema fiscal num sistema transparente, estável, com poucos impostos e sem alcavalas. O nível dos impostos sobre as empresas e sobre as pessoas deve ser drasticamente reduzido e não ultrapassar, em nenhum dos casos, os 25% dos resultados ou dos rendimentos.

Poucas características são tão capazes de afugentar o Investimento como a opacidade e a instabilidade fiscal. Por isso, é fundamental minorar alterações fiscais e legislativas, em que Portugal tem sido pródigo nos últimos anos. É urgente ter estabilidade fiscal.

O nosso sistema fiscal tem que conciliar a equidade fiscal no plano interno com a competitividade fiscal no quadro europeu e internacional.

11 MAIO
BRAGA

17 MAIO
LEIRIA

01 JUNHO
TORRES NOVAS

06 JUNHO
LOULE

15 JUNHO
AVEIRO

22 JUNHO
BEJA

CICLO DE DEBATES CIP 2016

POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

17 MAIO | **NERLEI** | LEIRIA



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

PARCERIA COM:

tv24



NERLEI
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DA REGIÃO DE LEIRIA



CIP.ORG.PT



CIP CONFEDERAÇÃO
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

8.2 O Governo deve levar a cabo um conjunto de medidas que melhorem o deprimido contexto macroeconómico, que estimulem o mercado financeiro a cumprir a sua função de financiador da Economia e das empresas, que melhorem a eficiência do mercado de trabalho e a celeridade do sistema de funcionamento da Justiça bem como mantenha uma atenção e actuação permanentes sobre as rendas que tanto agravam os custos da energia.

8.3 É essencial a manutenção das infra-estruturas a bom nível, bem como da qualidade dos Serviços de Saúde, de Educação Básica, de Formação Técnica e do Ensino Superior.

8.4 Deve implementar-se um Plano de valorização e promoção do Ensino Técnico e o plano curricular para a qualificação técnica deve ser concebido com a participação das empresas. (Exemplo de “benchmarking” é a cooperação entre o Instituto Politécnico de Leiria e a indústria regional, nomeadamente a indústria dos Moldes)

8.5 A imagem de Portugal tem de ser valorizada em acções colectivas bem definidas, com procedimentos estrategicamente concebidos e com o financiamento previamente acautelado para que haja eficácia e não se continue a desperdiçar esforços em diversos campos como o político, cultural, científico, económico e turismo, por vezes com recursos financeiros alocados em quantidade significativa, em que os resultados são inexpressivos e por vezes quase nulos.

8.6 Para cada área em que a promoção e a imagem do nosso País deve ser acautelada deve existir uma identificação bem definida das acções, em que, pela sua regulamentação, tenhamos uma definição dos suportes adequados com os mesmos “standards”, a utilizar por todos.

8.7 Há exemplos de acções colectivas da promoção da imagem de Portugal que tiveram excelentes resultados constituindo práticas de “benchmarking” de sectores muito competitivos do nosso País. São excelentes exemplos a seguir, a presença do sector Metalúrgico/Metalomecânico na MIDEST, em 2014 (uma das maiores feiras do mundo da subcontratação), com 70 empresas em área exclusiva para Portugal; o

CICLO DE DEBATES CIP 2016

POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

17 MAIO | **NERLEI** | LEIRIA



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

PARCERIA COM:

tv24



NERLEI
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DA REGIÃO DE LEIRIA



CIP.ORG.PT



CIP CONFEDERAÇÃO
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

Projecto Portugal Fashion – implementado pela ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários; os Projectos INTERCORK, levados a cabo pela APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça; a Campanha de Promoção dos Materiais de Construção e Decoração e a Campanha de Promoção do Calçado Português; ao nível do Turismo, a promoção da Marca Colectiva “Destino Portugal”. Também as estratégias de Eficiência Colectiva como a Marca Colectiva “PortugalFoods” - Polo de Competitividade e Tecnologia Agroalimentar, a Marca Colectiva “Engineering & Tooling from Portugal” - Polo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling, são exemplos de grande valia a seguir. Ainda outro exemplo, numa área transversal a múltiplos sectores dos bens transaccionáveis é a actuação do Polo Produtech – Polo das Tecnologias de Produção.

8.8 Consequentemente, a Administração Pública deve assegurar que os sistemas de incentivos, que gere, pontuem fortemente a promoção de projectos colectivos de internacionalização.

8.9 Conceber e pôr em prática Planos Estratégicos especializados de acordo com os sectores económicos e formatados sob proposta da Industria;

8.10 Divulgar, cirurgicamente, indicadores que possam, regularmente, servir de base aos técnicos internacionais que elaboram os índices internacionais de atractividade e competitividade mais reconhecidos pelos agentes económicos mundiais;

8.11 Desenvolver relações estratégicas internacionais com agenda definida;

8.12 Dotar as Embaixadas com Embaixadores e pessoal qualificado, capazes de ter um papel mais dinâmico na captação activa (“investment sniffing”) de IDE e no conhecimento útil da especificidade do mercado de exportação onde estão inseridos e das exigências dos investidores;

8.13 Promover, nestes mercados, Portugal e os Portugueses como intérpretes de culturas e como ponte eficaz para a maioria dos mercados emergentes. Nomeadamente, promover a nossa dimensão como País, que não constitui risco para os Países emergentes e o nosso nível tecnológico intermédio que é visto como

CICLO DE DEBATES CIP 2016

POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

17 MAIO | **NERLEI** | LEIRIA



PARCERIA COM:



atingível a médio prazo pelos Países emergentes e que, por isso, os estimula a associarem-se a nós e a imitar-nos.

8.14 Procurar, tratar e usar, os contactos dos destinatários relevantes da informação sobre as vantagens competitivas de Portugal, através das Câmaras de Comércio, das Associações Empresariais e das Agências de Investimento e mantê-los permanentemente informados sobre o melhor que temos para oferecer;

8.15 Promover, na Administração Pública, no exterior e no interior, uma cultura de apoio activo a investidores em Portugal e a exportadores Portugueses;

8.16 Elaborar, neste âmbito, um código de boas práticas administrativas, abrangendo todas as agências e institutos públicos, atribuindo-se-lhes classificação e tornando essa classificação pública; assim se estimulará a melhoria permanente das práticas da Administração Pública.

8.17 Promover internacionalmente a disponibilidade das empresas portuguesas para “joint-ventures”, no mercado nacional e nos mercados externos, nomeadamente nos mercados emergentes, bem como a sua disponibilidade para a abertura dos capitais e para operações de fusões e aquisições;

8.18 Compilar num “site” próprio de divulgação internacional, que seja activamente promovido, o conjunto de casos de sucesso de empresas filiais de multinacionais em Portugal, seja por investimento de raiz, seja por joint-ventures com empresas Portuguesas, seja por aquisição de empresas em Portugal;

8.19 Levar a cabo uma campanha sólida de imagem promocional de Portugal nos grandes mercados de elevado potencial, onde as exportações Portuguesas (Turismo incluído) são inexpressivas e que podem ser também grandes emissores de IDE para Portugal, como os EUA e o Canadá; Os mercados da Alemanha e da França merecem ser, também, trabalhados de forma mais intensa.

8.20 Promover a cooperação entre empresas Portuguesas para a compactação da sua oferta, para poderem responder a grandes encomendas provenientes de

11 MAIO
BRAGA

17 MAIO
LEIRIA

01 JUNHO
TORRES NOVAS

06 JUNHO
LOULÉ

15 JUNHO
AVEIRO

22 JUNHO
BEJA

CICLO DE DEBATES CIP 2016

POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

17 MAIO | **NERLEI** | LEIRIA



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL


PARCERIA COM:

tv24



NERLEI
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DA REGIÃO DE LEIRIA

 CIP.ORG.PT

 CIP CONFEDERAÇÃO
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

grandes mercados e que cada empresa, individualmente, não tem dimensão para satisfazer.

8.21 Criar, dentro da AICEP, o Gabinete Único de Negociação de investimentos estruturantes, com acesso directo ao Primeiro-Ministro (ou Vice-Primeiro Ministro, se existir) ou ao Ministro da Economia. No caso em que seja o Ministro da Economia, este, para estes efeitos, terá que ser dotado de capacidade delegada pelo Primeiro-Ministro para coordenar todos os Ministérios que possam ter que tomar decisões relativas aos Investimentos estruturantes. Assim se mitigará a complexidade, a morosidade e a sobreposição de poderes e de responsabilidades dos Gabinetes, Institutos e Organizações da Administração Pública.